



1
2
3
4
5 **MINISTÉRIO DA SAÚDE**
6 **CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE**

7
8 **ATA DA TRIGÉSIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE**
9 **- 1991/1995 -**

10 Nos dias 10 e 11 de novembro de hum mil novecentos e noventa e três, na sala de Reuniões do
11 Conselho Nacional de Saúde, realizou-se a Trigésima Reunião Ordinária do Conselho Nacional de
12 Saúde, do período de hum mil novecentos e noventa e um a hum mil novecentos noventa e cinco. A
13 Coordenadora Geral do Conselho Nacional de Saúde, Doutora **Maria Angélica**, iniciou a reunião
14 informando aos Conselheiros que havia recebido um ofício da Paraíba solicitando apoio do Conselho
15 Nacional de Saúde para elucidar a real situação do Sistema Único de Saúde no Estado da Paraíba.
16 Informou, ainda, que havia solicitado, formalmente, as últimas atas dos Estados do Acre e do
17 Amazonas e que até o momento não havia recebido resposta. A Conselheira **Záira** manifestou o seu
18 pesar pelo falecimento do Doutor Zerbini. Em seguida a Coordenadora **Maria Angélica** passou a
19 palavra o Secretário Executivo. O Secretário Executivo, Doutor **Dioclécio** desculpou-se pela ausência
20 do Senhor Ministro justificando que havia tido um problema na marcação de sua agenda. Reafirmou a
21 preocupação de ser mantida uma estrutura mais ágil e pouco dispendiosa para o Ministério da Saúde,
22 para assegurar as linhas de trabalho e aumentar a eficiência do Ministério, reafirmando que o Senhor
23 Ministro estaria totalmente aberto às sugestões finais, elaboradas pelo plenário do Conselho, a serem
24 encaminhadas ao Presidente da República. Informou sobre o andamento do Plano Emergencial. O
25 Conselheiro **Eurípedes** questionou o objetivo das informações sobre o plano emergencial, se era
26 meramente informativo ou se o Senhor Ministro gostaria de um posicionamento do Conselho em
27 relação a esse assunto. O Secretário Executivo explicou que às informações trazidas era com o
28 objetivo de dar conhecimento aos conselheiros, não vendo com isso motivo para conflitos. O
29 Conselheiro **Swedenberger** lembrou a todos que a posição tomada pela gestão anterior era a da
30 descentralização das ações de serviços e que havia sido reafirmada por essa nova gestão. Ficou
31 surpreso quando teve conhecimento do Programa de Interiorização do SUS, parecendo estar ferindo o
32 princípio da descentralização. O Secretário Executivo, Doutor **Dioclécio**, explicou que o plano de
33 interiorização fazia parte de uma medida para suprir áreas no país que se encontravam desprovidas de
34 profissionais de saúde. A Conselheira **Zilda** elogiou o plano da interiorização, observando que em
35 locais onde não havia profissionais, agora já estavam existindo. Conselheiro **Eurípedes** disse que os
36 informes deveriam ser melhor explicitados. O Conselheiro **João Guerra** explicou que não houve
37 aprovação do plano emergencial pelo Conselho, não havendo validade de uma discussão sobre a
38 matéria. A Coordenadora **Maria Angélica** informou aos conselheiros da I Semana Nacional de
39 Seguridade Social dos Funcionários Públicos, solicitando a presença de um Conselheiro em uma das
40 Mesas do Evento. Leu o ofício da Câmara Legislativa de Chapecó que apoiava a Portaria 793 do
41 Ministério da Saúde. Mencionou o ofício dos Sindicatos dos Médicos de Belém que da ciência dos
42 problemas que vêm acontecendo no Conselho Municipal de Saúde de Belém. O Conselheiro **Jocélia**
43 mencionou a greve ocorrida nos hospitais em Santa Catarina, ressaltando a importância da intervenção
44 do Conselho Nacional de Saúde na solução do impasse entre sindicato dos médicos e Governo. O
45 Conselheiro **João Guerra** referiu-se a criação de uma rede de informação, tendo como principal
46 colaborador a ABIA, contendo documentos aprovados pelo Conselho Nacional de Saúde, solicitando
47 que fosse enviado a ele disquete com o maior número de documentos aprovados pelo conselho. A
48 Coordenadora Geral **Maria Angélica** agradeceu ao Conselheiro **João Guerra** pela forma com que a
49 entidade vem participando para o fortalecimento do controle social. A Conselheira **Raquel** informou que
50 a Comissão Interministerial composta pelos Ministérios do Trabalho, Saúde e Previdência
51 apresentaram o relatório final sobre Saúde do Trabalhador. O Conselheiro **Eurípedes** solicitou do
52 Conselheiro **Mosconi** esclarecimentos referentes à crise por que vem passando o Hospital Humberto
53 Primo de São Paulo e qual a contribuição que o conselho poderá dar para equacionar esse problema. O
54 Conselheiro **Mosconi** explicou que a crise no hospital vem ocorrendo há muitos meses, dificultando o
55 encaminhamento de uma solução por haver, dentre outras coisas, um movimento trabalhista dentro do
hospital. Informou que haveria uma reunião no hospital no dia 16 de novembro, por existir interesse por
parte do Ministério da Saúde na solução do problema. Achou ser possível solucionar problema,

56 havendo boa vontade das partes envolvidas. Solicitou que o Conselho Nacional de Saúde enviasse um
57 representante para a reunião do dia 16 de novembro. A Coordenadora **Maria Angélica** sugeriu a
58 presença dos Conselheiros **Eurípedes** e **Leilton** nas negociações. A indicação da Coordenadora foi
59 acatada por todos. A Coordenadora informou o retorno do Conselheiro **Carlini**, que havia solicitado
60 afastamento da função, justificando que não houve nenhuma indicação para substituí-lo. O Conselheiro
61 **Carlini** justificou o seu afastamento, pois estava acumulando muitas funções, inclusive ajudando a
62 Secretaria de Vigilância Sanitária do MS. A Coordenadora colocou em discussão a pauta. O
63 Conselheiro **Thiers** solicitou a exclusão do tema da Resolução 49, que trata da comercialização de
64 óculos de presbiopia, por considerar o assunto grave e não ter ainda, reunido informações suficientes
65 para concluir parecer sobre o mesmo. O Conselheiro **Swedenberger** apontou como prioridade a
66 discussão da reestruturação do Ministério. O Conselheiro **Benício** considerou importantes os
67 encaminhamentos da Tripartite. O Conselheiro **Elias** ressaltou a importância de ser discutida a Fixação
68 de 20% de Cesareanas no Número Total de Partos, conforme entendimentos anteriores. A
69 Coordenadora colocou em votação todas as prioridades de pauta e os Conselheiros votaram pela
70 discussão do parecer sobre a Reforma Administrativa do Ministério da Saúde e a Reestruturação
71 Administrativa do Conselho Nacional de Saúde, proposta que havia sido encaminhada pelo Conselheiro
72 **Swedenberger**. O Conselheiro **Milton** fez a exposição do parecer da Comissão Relatora sobre a
73 Reforma Administrativa do Ministério da Saúde e a Reestruturação do Conselho Nacional de Saúde
74 (em anexo). Explicou que houve unanimidade na maioria dos pontos, os pontos polêmicos, onde não
75 houve unanimidade, iriam ser destacados. Terminada a exposição do Conselheiro **Milton**, a
76 Coordenadora **Maria Angélica** informou ter recebido contribuições de Conselheiros, instituições,
77 laboratórios públicos, sendo o material recebido e repassado a comissão relatora. Os representantes do
78 DATASUS distribuíram material informativo sobre o departamento. O Conselheiro **Eli Toscano** referiu-
79 se a sua participação na comissão relatora e apontando Recursos Humanos como órgão estratégico
80 para ocorrência de qualquer mudança no Ministério da Saúde, justificando sua opinião baseada em
81 experiências passadas. Propôs um plano de carreira, onde haveria um Diretor Geral Permanente. O
82 Conselheiro **Swedenberger** citou os pontos polêmicos encontrados pela relatoria: **1º** – Fundação
83 Nacional de Saúde; **2º** – Área de Medicamentos (CEME); **3º** – Recursos Humanos e **4º** – Fundação de
84 Informática para o SUS. Conselheiro **Elias** considerou importante que fossem ouvidos os
85 representantes do DATASUS. A Coordenadora **Maria Angélica** ponderou sobre o fato do DATASUS
86 fazer sua exposição, esclarecendo que várias áreas também procuraram o Conselho Nacional de
87 Saúde para defenderem seus órgãos, se abrisse exceção para o DATASUS teria que ser aberta a
88 palavra para outras áreas. O Conselheiro **Carlini** concordou com o Conselheiro **Eli Toscano**,
89 acreditando que deveria existir um corpo técnico permanente na equipe do Ministério da Saúde,
90 devendo este corpo técnico estar sempre atualizado nos avanços tecnológicos e científicos, contando
91 com apoio de assessorias externas. Acreditava que deveria ser diminuída a burocracia no Ministério da
92 Saúde, reduzindo também o número de funcionários, devendo ser levada em consideração às funções
93 da instituição. O Conselheiro **Jocélia** considerou de importância que os representantes do DATASUS
94 apresentassem sua proposta. Posicionou-se favorável a uma Secretaria de Recursos Humanos e uma
95 Fundação de Insumos para a Saúde, em relação à Fundação Nacional de Saúde, votaria com a
96 proposta do Ministro da Saúde. A Conselheira **Zilda** considerou como prioridade a saúde da criança,
97 devendo ficar: “**2- Departamento de Materno Infantil e Alimentação e Nutrição; 2.1.** Coordenação Geral
98 de Estudos, Pesquisas, Projetos e Programas em Saúde Materno Infantil; **2.2.** Coordenação de
99 Promoção e Vigilância Nutricional; **2.3.** Coordenação Geral de Educação para Saúde”. O Conselheiro
100 **Amorim** concordou com os Conselheiros **Eli Toscano** e **Carlini**, devendo o plenário se preocupar com
101 as funções. O Conselheiro **Elias** defendeu a proposta do Ministro em relação à criação do
102 Departamento de Insumos para a Saúde e quanto a Fundação Nacional de Saúde, sugeriu o
103 estabelecimento de data limite para a sua extinção, repassando-se as funções para os estados e
104 municípios, não se extinguindo de vez, para não criar ansiedade. Opinou ainda sobre a manutenção da
105 Coordenação de Recursos Humanos dentro da Secretaria de Coordenação Geral. Priorizou o setor da
106 informática, achando que devia ser melhor avaliado pelos Conselheiros. O Conselheiro **Arlindo**
107 lembrou aos Conselheiros que não se estava discutindo as funções e sim discutindo a estrutura,
108 considerando errado esse posicionamento. Ressaltou a importância do fortalecimento dos estados e
109 municípios com a extinção da Fundação Nacional de Saúde, fortalecendo a descentralização,
110 acreditando que se deva cumprir a lei na sua totalidade. O Conselheiro **Danilo** concordou com o
111 Conselheiro **Arlindo**. A Coordenadora **Maria Angélica** encaminhou a votação: **1ª Proposta:**
112 Conselheiro **Jocélia** – propôs que se ouvissem os representantes do DATASUS; **2ª Proposta:**
113 Conselheira **Zilda** – propôs que se ouvisse os encaminhamentos da Tripartite; a proposta vencedora foi
114 a do Conselheiro **Jocélia**. O Conselheiro **Jocélia** em seguida propôs que os encaminhamentos da
115 tripartite fossem ouvidos no primeiro horário do dia 11 de novembro. Proposta aceita por todos. O

116 Doutor **Ernani Bandarra**, juntamente, com o Doutor **Sérgio** fizeram a apresentação da proposta do
117 DATASUS, explicando que o DATASUS passaria a ser uma Fundação de Informática do SUS, capaz
118 de democratizar as informações. O Conselheiro **Swedenberger** perguntou se uma estrutura dentro do
119 Ministério da Saúde não daria conta da informatização do SUS. O Conselheiro **Jocélio** questionou se a
120 Fundação de fato democratizaria o SUS. O Conselheiro **Carlini** considerou que o DATASUS se
121 estabelecesse no Ministério da Saúde para servir todo o Ministério em igualdade de condições. O
122 Conselheiro **Arlindo** considerou parte dos argumentos dos representantes do DATASUS
123 inconsistentes. O Conselheiro **Milton** concordou com o Conselheiro **Arlindo** e quis saber em que a
124 criação da Fundação ajudaria na agilização da parte administrativa do Ministério. O Conselheiro **Danilo**
125 citou o exemplo de Pernambuco onde foi instalada uma empresa de informática, criando com isso um
126 corporativismo. O Doutor **Sérgio** justificou a criação da Fundação, por estar havendo um esvaziamento
127 da informática do SUS, com a Fundação haveria uma democratização das informações, seria um órgão
128 normativo e não executor. Existindo uma atualização das informações na área da saúde. O Conselheiro
129 **Carlini** perguntou aos representantes se o DATASUS permaneceria em Brasília. O Doutor **Ernani**
130 **Bandarra** explicou que a sede seria em Brasília e o centro de desenvolvimento de sistemas no Rio de
131 Janeiro. A Conselheira **Zilda** considerou importante a informática estar associada à comunicação, no
132 sentido de adicionar e enviar dados as áreas de interesse no setor saúde. O Conselheiro **Arlindo**
133 referiu-se a uma comunicação permanente entre os bancos de dados para permitir um diálogo
134 intersetorial. O Conselheiro **Raimundo Bezerra** baseado nas suas experiências de Fortaleza, disse
135 achar que a Fundação seria um órgão centralizador. A Coordenadora **Maria Angélica** agradeceu a
136 exposição dos representantes do DATASUS e voltou à discussão da reforma administrativa.

I – **ÓRGÃO COLEGIADO** – O Conselheiro **Eurípedes** solicitou que se acrescentasse uma ouvidoria Geral.

II – **ÓRGÃO DE ASSISTÊNCIA DIRETA E IMEDIATA AO MINISTRO** – O Conselheiro **Arlindo**
138 solicitou que fosse trocado o nome de Assessoria de Comunicação Social, para Assessoria de
139 Imprensa.

III – **ÓRGÃOS DE COORDENAÇÃO GERAL** – O Conselheiro **Carlini** propôs que a
140 Coordenação de Informação, Documentação, Educação e Informática passasse a ser uma Fundação;
141 que a Coordenação Geral de Recursos Humanos passasse a ser algo maior, como uma Fundação;
142 ainda propôs a eliminação dos Escritórios de Representação. O Conselheiro **Danilo** defendeu a
143 permanência da Coordenação Geral de Recursos Humanos. O Conselheiro **Jocélio** disse a creditar
144 que a Coordenação Geral de Informação, Documentação, Educação e Informática deveria ser
145 transformada em um órgão maior. Transformaria a Coordenação Geral de Recursos Humanos em
146 Secretaria de Recursos Humanos; dentro desta Secretaria ficaria a Coordenação de Políticas Nacionais
147 de Recursos Humanos, e a Coordenação de Administração de Pessoal. O Conselheiro **Edmundo**
148 **Juarez** trocaria na Coordenação Geral de Informação, Documentação, Educação e Informática,
149 educação por epidemiologia. O Conselheiro **Elias** achou necessário à Coordenação de Administração
150 de Pessoal ir para a Secretaria de Administração Geral. O Conselheiro **Dellape** discordou do
151 Conselheiro **Elias** acreditando que a Coordenação Geral de Recursos Humanos deveria ficar como
152 estava. O Conselheiro **Elias** sugeriu que a Coordenação Geral de Informação, Documentação,
153 Educação e Informática fosse transformada numa Secretaria e a Coordenação Geral dos Escritórios de
154 Representação do Ministério da Saúde permanecesse como estava. A Conselheira **Zilda** considerou
155 ser necessário transformar em Secretaria a Coordenação Geral de Informação, Documentação,
156 Educação e Informática, acrescentando a epidemiologia nesta secretaria. O Conselheiro **Eurípedes**
157 achou ser necessária a modificação da Coordenação Geral de Recursos Humanos em Secretaria,
158 concordou com a Conselheira **Zilda** em relação à Secretaria de Informação, Documentação, Educação,
159 Informática e Epidemiologia. O Conselheiro **Allgayer** solicitou a supressão da Coordenação Geral dos
160 Escritórios de Representação do Ministério da Saúde, inserindo o extinto INAMPS no lugar desses
161 escritórios de representação. O Conselheiro **Francisco** fez destaque para os itens 4 e 8 da proposta da
162 relatoria. O Conselheiro **Arlindo** fez destaque ao item 2 da proposta da relatoria e sugeriu que fosse
163 acrescida à Coordenação Geral de Planejamento e Programação Orçamentária; a área de Controle e
164 Avaliação, paraclarear a inserção do Sistema Nacional de Auditoria; que a Coordenação Geral de
165 Informação, Documentação, Educação e Informática passasse a ser uma Secretaria, e mudasse a
166 Unidade de Coordenação Técnica, Controle e Avaliação para Cooperação Técnica. O Conselheiro
167 **Danilo** opinou por ser criada uma Fundação em lugar da Coordenação Geral de Informação,
168 Documentação, Educação e Informática, cujo Presidente seria o Ministro da Saúde; fosse, ainda, criada
169 uma Secretaria de Epidemiologia e Vigilância Sanitária. O Conselheiro **Arlindo** achou ser necessário à
170 execução orçamentária e financeira do SUS estar ligada diretamente ao Fundo Nacional de Saúde e
171 não ligada a Secretaria de Administração Geral do Ministério da Saúde, sendo uma COF do SUS. A
172 proposta do Conselheiro **Arlindo** sobre a COF do SUS foi aprovada. O Conselheiro **Swedenberger**
173 discordou do Conselheiro **Arlindo** acreditando ser necessária ter uma Coordenação de Controle e
174 Avaliação separada da Coordenação Geral de Planejamento e Programação Orçamentária. O

176 Conselheiro **Arlindo** reafirmou a sua proposta de acrescentar Controle e Avaliação na Coordenação
177 Geral de Planejamento e Programação Orçamentária e de se criar, efetivamente, um Sistema Nacional
178 de Auditoria. A Coordenadora **Maria Angélica** colocou em votação a proposta do Conselheiro
179 **Swedenberger** e do Conselheiro **Arlindo**, a proposta vencedora foi a do Conselheiro **Arlindo**. O
180 Conselheiro **Carlini** sugeriu retirar o DATASUS do Item 4, que constava da proposta da relatoria e,
181 consequentemente, fazer com que o DATASUS se transformasse numa Fundação. A Conselheira
182 **Zilda**, o Conselheiro **Jocélio** e o Conselheiro **Danilo** concordaram com o Conselheiro **Carlini** em
183 relação à criação de uma Fundação no lugar do DATASUS. O Conselheiro **Edmundo Juarez** solicitou
184 a retirada da Educação da Coordenação Geral de Informação, Documentação, Educação e Informática.
185 O Conselheiro **Francisco** sugeriu que se fosse criado um Departamento de Educação em Saúde e foi
186 contra a transformação do DATASUS em Fundação. O Conselheiro **Arlindo** propôs que a Coordenação
187 Geral de Informação, Documentação, Educação e Informática ficasse como Coordenação Geral de
188 Informação, Epidemiologia e Comunicação em Saúde, deixando a discussão do DATASUS à parte. O
189 Conselheiro **Raimundo Bezerra** sugeriu que ao invés de se criar uma Fundação para o DATASUS
190 fosse criado um Instituto. A Coordenadora colocou em votação duas propostas para o item 4
191 (Coordenação Geral de Informação, Documentação, Educação e Informática): **1)** Permanecer educação
192 em saúde e acrescentar epidemiologia; **2)** Levar a Educação para a SAS e acrescentar epidemiologia.
193 A Conselheira **Zilda** defendeu a proposta nº 1 e o Conselheiro **João Guerra** defendeu a proposta nº 2.
194 A proposta vencedora foi à proposta nº 1. Passou-se a discussão do Item 7 (Coordenação Geral de
195 Recursos Humanos; **7.1.** Coordenação de Política de Recursos Humanos e **7.2.** Coordenação de
196 Administração de Pessoal). O Conselheiro **Jocélio** sugeriu que fosse criada uma Secretaria Nacional
197 de Política de Recursos Humanos e permanecesse o item 7.2. O Conselheiro **Arlindo** concordou com o
198 Conselheiro **Jocélio** em relação à criação da Secretaria, mas discordou que a Coordenação de
199 Administração de Pessoal permanecesse na Secretaria de Coordenação Geral, que essa Coordenação
200 fosse para a Secretaria de Administração Geral. O Conselheiro **Swedenberger** concordou com o
201 Conselheiro **Jocélio** em relação à secretaria e achou que deveria permanecer com as duas
202 coordenações. O Conselheiro **Danilo** acreditou ser a proposta da relatoria a melhor. O Conselheiro
203 **Eurípedes** disse achar que devesse continuar uma coordenação e que se criasse uma outra
204 Secretaria. A Coordenadora **Maria Angélica** colocou duas propostas em votação: **1^a** – Recursos
205 Humanos continua sendo uma Coordenação Geral; **2^a** – Recursos Humanos passa a ser uma
206 Secretaria. A proposta vencedora foi à proposta de nº 1. O Conselheiro **Swedenberger** solicitou
207 recurso de votação por considerar a matéria de extrema importância para os trabalhadores do setor. Foi
208 aprovado pelo Plenário do Conselho. A Coordenadora novamente encaminhou a votação e dessa vez a
209 proposta vencedora foi a de nº 2. Em seguida encaminhou a votação da permanência ou não da
210 Coordenação de Administração de Pessoal dentro da Secretaria de Recursos Humanos. A proposta
211 vencedora foi a da permanência dessa coordenação dentro da Secretaria de Recursos Humanos.
212 Passou-se a discussão do Item 8 (Coordenação Geral dos Escritórios de Representação do Ministério
213 da Saúde). O Conselheiro **Allgayer** solicitou a supressão do Item 8.1. (Escritórios de Representação
214 (27)). O Conselheiro **Raimundo Bezerra** concordou com o Conselheiro **Allgayer**. A Coordenadora
215 **Maria Angélica** encaminhou a votação com duas propostas: **1^a** – Proposta da relatoria; **2^a** – Proposta
216 do Conselheiro **Allgayer**. A proposta vencedora foi à proposta da relatoria. Houve um segundo
217 encaminhamento de votação em relação aos escritórios. **1º** – Ter prazo para extinção, defendida pelo
218 Conselheiro **Danilo**; **2º** – Não ter prazo para extinção, defendida pelo Conselheiro **Milton**. Houve
219 empate na votação. A Coordenação sugeriu que os prazos fossem discutidos quando abordada a
220 questão da Fundação Nacional de Saúde. O Conselheiro **Thiers** disse ter recebido denúncia de um
221 jornalista sobre pesquisas em seres humanos que estariam sendo feitas pela Farmacologia da
222 UNICAMP; por considerar a UNICAMP uma grande universidade estava fazendo um requerimento que
223 tinha como conteúdo solicitações de informações sobre a instituição. A Coordenadora **Maria Angélica**
224 esclareceu aos Conselheiros que havia um mau entendido em relação à questão da UNICAMP e
225 acreditava que o jornalista havia desvirtuado as informações agindo de má fé. Solicitou dos
226 pesquisadores da UNICAMP os seus dossiês, ressaltou que o credenciamento deve sempre ser tratado
227 com muita seriedade. O Conselheiro **Aboim** considerou a denúncia absurda por conhecer a UNICAMP
228 profundamente. O Conselheiro **Allgayer** manifestou-se em relação às conferências que estão sendo
229 realizadas e as somas vultosas que estão sendo gastas nessas conferências específicas, solicitando
230 que a partir dessa reunião os gastos referentes às conferências sejam apresentados ao Conselho. O
231 Conselheiro **Arlindo** distribuiu carta/convite a todos os Conselheiros para o IV Congresso de Saúde
232 Coletiva – ABRASCO a se realizar dos dias 18 a 23 de junho de 1994, em Recife, solicitando a
233 contribuição dos Conselheiros para o Evento. **Encaminhamentos da Comissão Tripartite (Tabelas,**
234 **Normas de Procedimentos etc.).** O Doutor **Gilson Carvalho** fez a apresentação do tema, solicitando
235 do Conselho aprovação das tabelas dos meses de novembro e dezembro. O Conselheiro **Raimundo**

236 **Bezerra** observou a seriedade do trabalho que o Doutor **Gilson** estava realizando e solicitou a
237 aprovação da tabela pelo Plenário. O Conselheiro **Allgayer** esclareceu que não estavam reajustando e
238 sim atualizando os valores remuneratórios. O Conselheiro **Jocélio** concordou com o Conselheiro
239 **Allgayer** e ressaltou a importância dos estados estarem enviando suas atas, caso os estados não
240 apresentassem seu Fundo Estadual de Saúde e suas recentes atas não deveriam receber o reajuste. O
241 Conselheiro **Danilo** justificou que muitos estados não haviam enviado suas atas por não terem sido
242 aprovadas ainda. O Conselheiro **Jocélio** propôs que fosse composta uma comissão para analisar os
243 estados que não estariam cumprindo as determinações do Conselho, sugerindo para comporem essa
244 comissão os Conselheiros **Seixas**, **Milton**, **Swedenberger** e **Danilo**. A proposta de comissão sugerida
245 pelo Conselheiro **Jocélio** foi aprovada em sua integralidade. A proposta apresentada pelo Doutor
246 **Gilson** para o reajuste de UCA/RCA, também foi aprovada pelo Plenário. O Doutor **Gilson** fez a
247 exposição da Portaria que trata da criação de códigos diferenciados da Tabela de Procedimentos
248 Ambulatoriais do Sistema de Informações Ambulatoriais do Sistema Único de Saúde – SIA/SUS. O
249 Conselheiro **Jocélio** observou que na Portaria à explicitação dos agentes comunitários não estavam
250 bem definidos, considerando questionável o pagamento por produção desses agentes. O Conselheiro
251 **Thiers** declarou que a portaria tinha o sentido centralizador. O Conselheiro **Edmundo Juarez** disse não
252 estarem sendo realizados os programas de saúde pública propostos pelo Ministério da Saúde. O
253 Conselheiro **Thiers** citou o PROLABOR que estaria sendo realizado pelo Ministério do Trabalho, e
254 indagou se havia integração desse trabalho ao Ministério da Saúde. O Doutor **Gilson** fez menção ao
255 PROLABOR como sendo, por enquanto, apenas um Banco de Dados. O Conselheiro **Swedenberger**
256 acreditou que se devia considerar a necessidade de agentes comunitários nos locais apontados,
257 criando condições de trabalho para os mesmos. Devendo ser discutida a necessidade desses
258 profissionais pelos Conselhos Municipais e Estaduais. O Conselheiro achou a portaria apresentada pelo
259 Doutor **Gilson** inferior ao Documento “**Ousadia de Cumprir a Lei**”, defendeu a necessidade de se ter
260 agentes comunitários nos estados. O Conselheiro **Danilo** sugeriu a liberação do código 7 (Consulta
261 médica diferenciada) para os hospitais públicos. O Doutor **Gilson** informou que a Portaria não era
262 diferente da proposta do documento “**Ousadia de Fazer Cumprir a Lei**”. O Conselheiro **Dellape**
263 lembrou que os agentes comunitários foram recomendados aos países de 3º mundo para propiciar o
264 atendimento primário para todos até o ano 2000, e essas pessoas não eram profissionalizadas na área
265 da saúde. O Conselheiro **Eurípedes** considerou importante a manutenção do código 7. Concordou com
266 o conteúdo da Portaria apresentada, apenas fazendo a ressalva do agente comunitário. O Conselheiro
267 **Mozart** informou ao Plenário que o PROLABOR tem a participação de vários Ministérios, esse trabalho
268 se transformara num projeto-de-lei de incentivo ao emprego de recém formados. Achou que se deva
269 incentivar os municípios que tiveram um bom êxito no trabalho com os agentes comunitários, não
270 generalizando essa situação em todos os municípios, devendo os conselhos municipais de saúde
271 apontarem qual a necessidade de cada região. O Conselheiro **Arlindo** observou que o conteúdo da
272 portaria não estava dentro do documento da Ousadia de Fazer Cumprir a Lei. Perguntou quais as
273 condições para justificar esse programa, acreditando que as comunidades tenham capacidade de suprir
274 suas próprias necessidades. O Doutor **Gilson** expressou sua opinião dizendo que deveria estar
275 havendo algum equívoco em relação ao documento “**Ousadia de Fazer Cumprir a Lei**”, acreditando
276 não haver outra maneira de trazer as reivindicações dos municípios. A Coordenadora **Maria Angélica**
277 encaminhou a votação: **1)** Proposta do Conselheiro **Eurípedes**: Aprovar a portaria destacando os
278 agentes comunitários; **2)** Proposta do Conselheiro **Jocélio**: só deliberar sobre a portaria em dezembro;
279 **3)** Proposta do Conselheiro **Raimundo**: aprovar a portaria integralmente. A proposta vencedora foi a do
280 Conselheiro **Raimundo**, aprovando a portaria na sua íntegra. O Conselheiro **Swedenberger**
281 pronunciou-se em relação à portaria, acreditando que assuntos dessa natureza não deveriam ser
282 tratados dessa forma, os Conselheiros deveriam ter acesso às informações com antecedência. O
283 Conselheiro **Mozart** questionou a forma com que foi conduzida a votação, uma forma não protocolar,
284 pela ausência de relatoria, e considerou que se deva ter uma comissão relatora para a matéria. O
285 Doutor **Gilson** disse aos Conselheiros que seu trabalho era feito com total lisura e não considerava que
286 a matéria deveria ser votada nessa reunião. O Conselheiro **Mozart** disse nunca ter duvidado do
287 trabalho exemplar realizado pelo Doutor **Gilson**. A Coordenadora agradeceu a presença do Doutor
288 **Gilson** passando a palavra ao Conselheiro **Eurípedes**, que expôs sobre o problema que está
289 ocorrendo em Anápolis – GO relativo as AIH que foram repassadas aos hospitais particulares daquela
290 cidade, solicitou que o Conselho Nacional de Saúde entrasse em contato com o Conselho Estadual de
291 Saúde em Goiás para verificar o que realmente está ocorrendo, retornando o parecer do Conselho
292 Estadual ao Plenário do CNS. O Conselheiro **Swedenberger** pronunciou-se em favor de uma comissão
293 para acompanhar o problema. A Coordenadora **Maria Angélica** pediu que a comissão só entrasse em
294 ação após o parecer do Conselho Estadual de Saúde de Goiás. O Plenário apoiou a sugestão da
295 Coordenadora. O Conselheiro **Aboim** apresentou o parecer do curso de Odontologia da UNIFOR, onde

296 foi favorável a abertura do curso, contrário ao parecer anterior do Conselheiro **Swedenberger**. O
297 Conselheiro **Swedenberger** considerou as necessidades sociais como prioritárias e afirmou que uma
298 entidade particular como a UNIFOR tem boas instalações, acreditando que de agosto para novembro
299 deveria ter tido algumas modificações. Disse que apelos emocionais não justificavam a abertura de
300 novos cursos, esclareceu que manifestações sobre a abertura do curso por outras entidades eram
301 impróprias, disse não ser verdadeira a afirmação de que a criação deste curso iria gerar mais empregos
302 para a população. Afirmou ter ouvido várias entidades que foram a favor e contra e colocou o parecer
303 do Presidente da ABENO em dúvida. Citou as entidades que foram contra a abertura do curso:
304 Federação Interestadual dos Odontologistas; Associação Brasileira de Odontologia (ABO-Nacional);
305 Associação Brasileira de Odontologia (seção – Ceará); Sindicato dos Odontologistas do Estado do
306 Ceará; entidades que foram a favor da abertura do curso: Conselho Federal de Odontologia;
307 Associação Brasileira de Ensino Odontológico; Conselho Regional de Odontologia do Ceará; Conselho
308 Estadual de Saúde do Ceará e Conselho Municipal de Saúde do Ceará. O Conselheiro **Raimundo**
309 **Bezerra** disse haver uma necessidade maior de atenção à saúde bucal na cidade de Fortaleza,
310 informou ter criado um Departamento de Odontologia e de ter chamados técnicos de Belo Horizonte
311 para realizarem estudos nesta área, disse ter visitado a UNIFOR, acreditando ser necessário à abertura
312 do curso de Odontologia. O Conselheiro **Milton** afirmou que o Conselho Nacional de Saúde deve
313 respeitar, principalmente, as opiniões dos Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde. A Conselheira
314 **Zilda** achou ser necessário a fluorização das águas pelo SUS, o bochecho de flúor nas escolas
315 também deve ser implantado, teve grande alegria em saber que 10% das matrículas são bolsas
316 concedidas pela UNIFOR, sendo favorável à abertura do curso. O Conselheiro **Allgayer** ressaltou que o
317 parecer dos Conselheiros **Swedenberger** e **Aboim** eram sincrônicos apenas discordando da
318 necessidade social do curso. Concordou com o Conselheiro **Milton**, quando este falou que os
319 pareceres dos Conselhos Estadual e Municipal deveriam ser levados em consideração. O Conselheiro
320 **Swedenberger** declarou que os pareceres dos conselhos estadual e municipal não haviam sido
321 unâimes e sim majoritários. O Conselheiro **Jocélio** lembrou aos Conselheiros que 20% das vagas de
322 ensino superior são ociosas, devendo ser bem comprovada a necessidade de abertura de novos
323 cursos. A Coordenadora **Maria Angélica** encaminhou a votação. Venceu a votação o parecer do
324 Conselheiro **Aboim**, favorável a abertura do curso de Odontologia da UNIFOR. O Conselheiro **Jocélio**
325 referiu-se a reunião que teve com o Senhor Ministro sobre a Mesa de Negociação e que o Ministro
326 concordou que fosse convocada imediatamente, para que no final de novembro a Mesa já estivesse em
327 funcionamento, comentou que iria aproveitar a vinda de sindicalistas italianos ao Brasil para fazer um
328 debate sobre contrato de trabalho junto com o Conselho Nacional de Saúde no dia 17 de novembro do
329 corrente. O Conselheiro **Eurípedes** reivindicou participar da Mesa de Negociação. A Coordenadora
330 **Maria Angélica** explicou aos conselheiros que o MS como um todo, sofreu contenção de despesas
331 reduzindo o número de passagens de todos os setores. O CNS teve sua cota reduzida para 30
332 passagens por mês, dificultando assim as reuniões das Comissões. O Conselheiro **Leilton** opinou
333 achando que era necessário à garantia da reunião das comissões. A Coordenadora **Maria Angélica**
334 disse ainda que mesmo compreendendo a necessidade dos cortes percebia que o evento com os
335 profissionais da mídia já programado teria sua realização prejudicada com este quadro apresentado.
336 Depois de dar ciência aos Conselheiros do que estaria ocorrendo com os cortes das passagens a
337 Coordenadora solicitou que fossem aprovadas as atas da 28ª, 29ª e Reunião Extraordinária. Todas as
338 atas foram aprovadas com algumas correções. A Coordenadora Geral da II Conferência de Recursos
339 Humanos entregou oficialmente o Relatório Final da Conferência aos Conselheiros. O Conselheiro
340 **Jocélio** sugeriu que fosse indicado um relator para a matéria. A Coordenadora **Maria Angélica** propôs
341 que o relator fosse o Conselheiro **Jocélio** e essa matéria ficasse para o mês de janeiro de 1994. Houve
342 concordância do Plenário. O Conselheiro **Jocélio** pediu que o Presidente da Fundação Nacional de
343 Saúde fizesse uma exposição em dezembro sobre a atual situação da Instituição. A Coordenadora
344 **Maria Angélica** lembrou que o liquidante do INAMPS deveria voltar em dezembro ao Conselho. Ficou
345 acertado que este tema ficaria para Janeiro de 1994. O Conselheiro **Eurípedes** abriu mão da sua
346 relatoria sobre a reestruturação do Conselho Nacional de Saúde por estar havendo conflitos de
347 interesse dentro da sua entidade, solicitando que o Conselheiro **Swedenberger** assumisse a sua
348 função de relator. O Conselheiro **Swedenberger** aceitou o pedido do Conselheiro **Eurípedes**.
349 Retornando à discussão sobre a estrutura do MS, a Coordenador **Maria Angélica** iniciou o processo de
350 votação sobre a Ouvidoria Geral. A primeira proposta foi defendida pelo Conselheiro **Eurípedes** que
351 criava a Ouvidoria Geral ligada ao Gabinete do Ministro e a segunda proposta foi defendida pelo
352 Conselheiro **Danilo** que era contra a existência de uma Ouvidoria. A Coordenadora colocou em votação
353 e a proposta vencedora foi a do Conselheiro **Eurípedes**. Em relação ao Órgão de Assistência Direta e
354 Imediata ao Ministro, o Conselheiro **Arlindo** sugeriu a modificação de Assessoria de Comunicação
355 Social para Assessoria de Imprensa, sendo colocada em votação. O Plenário deliberou a favor da

356 proposta do Conselheiro **Arlindo**. O Conselheiro Eurípedes solicitou que a Junta Deliberativa do Fundo
357 Nacional de Saúde fosse vista na próxima reunião ordinária do Conselho. Em relação ao DATASUS foi
358 encaminhada pelo Conselheiro **Jocélio** a proposta da transformação deste em Instituto Tecnológico de
359 Informação e Informática do SUS. Foi aprovado pelo Plenário do Conselho. A Coordenadora **Maria**
360 **Angélica** solicitou que fosse colocada em discussão a Secretaria de Insumos para a Saúde. O
361 Conselheiro **Danilo** defendeu a proposta da relatoria que criava a Secretaria de Insumos para a Saúde. O
362 Conselheiro **Elias** defendeu a proposta da relatoria sem a Coordenação Geral de Aquisição e
363 Distribuição. A Conselheira **Leny** propôs que a Secretaria de Insumos para a Saúde passasse a ser
364 uma Fundação. As propostas foram encaminhadas para a votação e a vencedora foi à encaminhada
365 pela relatoria. A Coordenadora **Maria Angélica** solicitou que fosse encaminhada a discussão sobre a
366 Secretaria de Assistência a Saúde. A Conselheira **Zilda** propôs que se acrescentasse no Departamento
367 de Alimentação e Nutrição a Saúde Materno-Infantil. O Conselheiro **Swedenberger** solicitou que a SAS
368 permanecesse conforme proposta da relatoria. A Coordenadora **Maria Angélica** encaminhou a votação
369 e a proposta vencedora foi a do Conselheiro **Swedenberger**. Em relação à Fundação Nacional de
370 Saúde o Conselheiro **Milton** defendeu a proposta da relatoria de extinção da FNS e o Conselheiro
371 **Elias** propôs a manutenção da FNS com prazo para extinção. A Coordenadora **Maria Angélica**
372 encaminhou a votação e a proposta vencedora foi a do Conselheiro **Elias**. O Conselheiro **Eurípedes**
373 solicitou recurso de votação, sendo aprovado pelo Plenário. O Conselheiro **Jocélio** sugeriu que o prazo
374 para extinção da Fundação Nacional de Saúde fosse de 2 anos e o que pudesse ser descentralizado
375 começasse imediatamente. O Conselheiro **Eurípedes** achou que a FNS devesse ser descentralizada
376 em um ano a partir da promulgação da Lei. A Coordenadora encaminhou a votação: **1^a**) Proposta da
377 relatoria com prazo de um ano para extinção; **2^a**) Proposta do Conselheiro **Elias**. Houve empate e
378 novamente foram defendidas as propostas. O Conselheiro **Raimundo** defendeu o que propôs a
379 Relatoria. O Conselheiro **Jocélio** defendeu a manutenção da Fundação Nacional de Saúde com prazo
380 de dois anos para sua extinção. A proposta vencedora foi a do Conselheiro **Jocélio**. Passou-se à
381 discussão do Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde (INCQS). O Conselheiro **Juarez**
382 propôs a saída do INCQS da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). O Conselheiro **Arlindo** defendeu a
383 proposta da relatoria de permanência do Instituto na FIOCRUZ. A proposta vencedora foi do
384 Conselheiro **Arlindo**. A Coordenadora encaminhou a proposta de transferência da Escola de
385 Enfermagem de Manaus/FUNASA para a Universidade Federal do Amazonas, do Ministério da
386 Educação e Desporto, com indicativo que deveria se constituir Escola de Saúde Pública para a região.
387 A proposta foi aprovada pelo Plenário. A Coordenadora **Maria Angélica** solicitou que fosse retomada a
388 discussão sobre a Coordenação Geral dos Escritórios de Representação do Ministério da Saúde. O
389 Conselheiro **Elias** sugeriu que os escritórios não tivessem prazo para extinção. O Conselheiro **Danilo**
390 propôs que esses escritórios ficassem vinculados à Fundação Nacional de Saúde. O Conselheiro
391 **Francisco** propôs que os escritórios fossem extintos junto com a FNS. A Coordenadora **Maria**
392 **Angélica** encaminhou a votação: **a)** os escritórios terem tempo para serem extintos; **b)** sem tempo para
393 extinção dos escritórios. A proposta vencedora foi a do Conselheiro **Elias**. Em seguida discutiram a
394 Secretaria de Assistência a Saúde. A Conselheira **Leny** considerou que as áreas da FNS que estavam
395 na SAS deveriam ser transferidas novamente para a Fundação. O Conselheiro **Jocélio** sugeriu que o
396 Conselho solicitasse ajuda do GED para a reformulação da FNS. O Conselheiro **Milton** acreditou que
397 devesse manter a FNS como estava. O Conselheiro **Elias** concordou com o Conselheiro **Milton**,
398 embora que a Fundação iria ser extinta. A Conselheira **Leny** questionou onde permaneceria a Instituto
399 Evandro Chagas. O Conselheiro **Swedenberger** propôs que a comissão relatora finalizasse a proposta,
400 pois o tempo estava se esgotando. A proposta do Conselheiro **Swedenberger** foi aceita por
401 unanimidade. A Conselheira **Leny** concordou com o Conselheiro **Swedenberger**. O Conselheiro
402 **Francisco** solicitou a criação de um Departamento de Atenção a Grupos Populacionais. A
403 Coordenadora **Maria Angélica** informou aos Conselheiros que as sugestões poderiam ser
404 encaminhadas por escrito a comissão relatora. O Conselheiro **Milton** informou que não poderá
405 participar da relatoria, pois estará viajando nesse período. O Conselheiro **Elias** sugeriu que a
406 coordenadora **Maria Angélica** e o Coordenador-Adjunto, **Jorge Adriano**, fizessem parte da relatoria. O
407 Plenário acatou a sugestão do Conselheiro. O Conselheiro **Elias** propôs que a coordenação materno-
408 infantil ficasse dentro do Departamento de Atenção a Grupos Populacionais. O Conselheiro **Eli** pediu
409 que fossem feitas gestões sobre Organização e Método de Recursos Humanos por ser um órgão de
410 extrema importância para o Ministério da Saúde. O Doutor **Jorge Adriano** fez a leitura da proposta da
411 resolução sobre gastos de passagens do Ministério da Saúde. Foi aprovada por todos. A Coordenadora
412 **Maria Angélica** informou que estava tentando recursos junto ao PNUD para a realização do evento
413 com os profissionais da mídia. O Conselheiro **Jocélio** informou que o Secretário Executivo, Doutor
414 **Dioclécio** havia dito que a posição do Ministério em relação à Conferência Nacional de Saúde do
415 Trabalhador era de adiar para março de 1994, o Conselheiro achou pertinente que representante do

416 Ministério fizesse a defesa do adiamento, ele, particularmente, é contra o adiamento. O Conselheiro
417 acreditou estar acontecendo o mesmo que estava acontecendo na época do Ministro **Alceni**, um
418 esvaziamento do Conselho. O Conselheiro **Swedenberger** considerou que o Ministro da Saúde deveria
419 convocar oficialmente a Conferência e nesta convocatória já fosse definida, formalmente, a Comissão
420 Organizadora e que o Ministério garantisse recursos financeiro no orçamento do próximo ano para a
421 realização dessa conferência. Solicitou que a Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador
422 trouxesse os critérios de participação na Conferência. O Conselheiro **Elias** informou a situação
423 orçamentária de 1993. Em relação à pesquisa sobre Orçamento Pública em Saúde disse estar faltando
424 Distrito Federal, Goiás e São Paulo no levantamento dos dados, para completar o desenho do quadro
425 público orçamentário da saúde de 1994. Sobre a Resolução nº 64, que trata de apoiar emenda
426 constitucional que assegure a manutenção e desenvolvimento do SUS de aporte mínimo de 10% da
427 receita de impostas da União dos Estados e Municípios e do mínimo de 30% da receita de todas as
428 fontes da Seguridade Social, já havia entrado em contato com o autor da proposta o Conselheiro
429 **Chafic Faraht**. Disse, ainda, que sobre a Revisão Constitucional já tinha sido aprovada a regimento e
430 uma comissão do CNS para acompanhar a revisão. A Coordenadora **Maria Angélica** informou que
431 estava aguardando as nomeações de 2 técnicos para a CNS e que estes já estavam desenvolvendo
432 atividades de apoio à coordenação. Solicitou auxílio no mapeamento das prioridades referentes às
433 pendências administrativas ligadas ao CNS para os meses de novembro e dezembro, em função de
434 gastos do MS como um todo. O Conselheiro **Thiers** solicitou a priorização das recomendações da
435 CT/APAS. A Conselheira **Ana Maria** pediu que fosse garantido espaço na próxima reunião para
436 denúncia de cancelamento de aposentadorias por invalidez. O Conselheiro **Francisco** disse considerar
437 prioritário o encontro dos profissionais da mídia, sugerindo que fosse encaminhado ao Ministro toda a
438 programação. O Conselheiro **Swedenberger** sugeriu que fosse encaminhada Resolução para garantir
439 a reunião das comissões técnicas e intersetoriais do Conselho. A Coordenadora **Maria Angélica**
440 observou que passagens não eram gastas, somente, com comissões, mas que existiam viagens para
441 credenciamento de pesquisa, abertura de novos cursos, de eventos, etc. Deixando claro que as
442 comissões eram prioridade do Conselho. O Conselheiro **Jocélio** concordou com a racionalização das
443 passagens, mas entendeu que não deveria o Conselho ficar sem passagens. Sugeriu que uma
444 comissão de conselheiros fosse falar com o Ministro. A Coordenadora **Maria Angélica** listou alguns dos
445 pontos de pauta para a próxima reunião: Resolução 38, abertura de novos cursos, presença de
446 representante da FNS, cancelamento de aposentadorias por invalidez, Resolução 49. O Conselheiro
447 Jocélio fez a leitura da proposta da Resolução sobre a Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador.
448 Foi aprovada pelo Plenário. A Coordenadora **Maria Angélica** encerrou a reunião. Estiveram presentes
449 e assinaram o Livro de Presença os seguintes Conselheiros: **Augusto Alves de Amorim**, **Francisco**
450 **Ubiratan Dellape**, **Arlindo Fábio Gómez de Sousa**, **Ana Maria Lima Barbosa**, **Francisco Augusto**
451 **Vieira Nunes**, **Zaíra Campedelli Galante**, **Leny May Campelo da Silva**, **Jocélio Henrique**
452 **Drumonnd**, **Swedenberger do Nascimento Barbosa**, **Leilton Pereira Guedes**, **Thiers Ferreira**,
453 **Milton Menezes da Costa Neto**, **João Guerra de Castro Monteiro**, **Eurípedes Balsanufo de**
454 **Carvalho**, **Cláudio José Allgayer**, **Ernani Vitorino Aboim Silva**, **Eli Toscano Barbosa**, **Elias**
455 **Antonio Jorge**, **Carlos Eduardo Venturelli Mosconi**, **Dijon Hosana Souza Silva**, **Nelson de**
456 **Carvalho Seixas**, **Danilo Lins Cordeiro Campos**, **Carlos Eduardo Ferreira**, **Zilda Arns Neumann**,
457 **Raimundo Coelho Bezerra de Farias**, **Benício Parentes Sampaio**, **Elisaldo Luiz de Araújo Carlini**,
458 **Raquel Maria Rigotto**, **Antonio Sabino dos Santos**, **Edmundo Juarez**, **Marcos Torres de Oliveira**,
459 **Mozart de Abreu e Lima e Mansur Jose Mansur**. FIM.